



MYANMAR: COMO CHEGAMOS A UM IMPASSE

A história recente de Myanmar aponta para intrincadas dinâmicas políticas, militares e étnicas que se interligam com a conflitualidade. As relações com a China e a Índia são cruciais para o desenvolvimento económico, mas o aproveitamento das potencialidades depende de um entendimento entre o governo central e os grupos étnicos que, com as suas milícias, controlam partes do território.

Myanmar, anteriormente conhecida como Birmânia ou Burma, é uma nação do Sudeste Asiático caracterizada por uma posição estratégica privilegiada entre o Índico e o *hinterland* composto de vários países onde sobressaem a China a Índia e a Tailândia, com abundantes recursos agrícolas, florestais e minerais e uma rica diversidade étnica. É o país do sudoeste asiático com maior superfície (676.000 Km quadrados) e 55 milhões de habitantes. O rico vale do rio Irrawaddy, berço da etnia Bamar (cerca de 75% da população), que percorre o país de norte a sul, é ladeado a este e oeste por cadeias montanhosas habitadas por outros grupos étnicos. O Budismo Theravada é a religião principal (cerca de 88% da população), representando os cristãos, maioritariamente batistas, 6% e os islâmicos de orientação sunita cerca de 4%.

Etnias e dinâmica política

Além dos Bamar, os Shan, Karen, Rakhaine, Chin, Kachin Mon e Kayin fazem parte dos mais de 135 grupos étnicos distintos que habitam o que é hoje Myanmar. Este mosaico étnico foi, e é, um elemento importante na dinâmica política e económica da nação.

A maioria Bamar domina o cenário político e cultural. No entanto, algumas minorias étnicas, especialmente as das regiões fronteiriças, sempre ambicionaram por uma maior autonomia ou independência, levando a conflitos que perduram praticamente desde a independência.

Myanmar foi uma colónia britânica de 1824 a 1948, fazendo parte, como província, da Índia britânica. A administração colonial exacerbou as divisões étnicas ao favorecer certos grupos, particularmente os Karen e Chin, para funções administrativas e militares, marginalizando a maioria Bamar.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Myanmar tornou-se num ponto de con-

fronto entre as forças aliadas e o Japão, com os nacionalistas de Myanmar, liderados por Aung San, inicialmente alinhados com os japoneses. Após a derrota do Japão, Aung San negociou com os britânicos a independência, mas o seu assassinato em 1947 deixou a nação vulnerável e propensa à instabilidade política. Em 4 de janeiro de 1948, Myanmar tornou-se independente com uma democracia parlamentar sob o primeiro-ministro U Nu.

O legado colonial britânico deixou uma sociedade profundamente dividida. As estruturas administrativas montadas durante o domínio colonial concentraram o poder nos centros urbanos, marginalizando as regiões rurais e de minorias étnicas. Além disso, o fluxo migratório da Índia, durante o domínio britânico, agravou as

tensões étnicas, complicando ainda mais o tecido social pós-independência de Myanmar.

O Acordo de Panglong, em 1947, negociado pelo líder nacionalista Aung San e representantes das mais importantes etnias, previa uma certa autonomia e federalismo. O assassinato de Aung San levou ao colapso do acordo e à não materialização do previsto após a independência, alimentando ressentimentos e originando sublevações armadas prolongadas. Ao longo das décadas, as organizações armadas étnicas (OAE) desempenharam um papel duplo, como defensoras dos direitos das minorias e no controle de recursos nas zonas sob sua influência.

Os militares, ou Tatmadaw, usaram as insurgências étnicas como justificação

A HISTÓRIA DE FILIPE DE BRITO – OS PORTUGUESES EM MYANMAR

Filipe de Brito e Nicote (Lisboa 1566 – Siriam 1613), aventureiro português, conhecido também como Nga Zingar na história do Myanmar, parte para a Índia “em busca de honra e fazenda” por volta de 1586/87. Pelos anos de 1590, encontra-se na Birmânia, e apoia, juntamente com Salvador Ribeiro de Sousa, a conquista do reino de Pegu, numa aliança com o rei de Arakan. Este, num gesto de gratidão, deu-lhes o porto de Siriam (hoje Thanlyin) em frente a Yangon, na margem esquerda do rio Pegu e a 3 milhas da sua foz. Construíram uma casa de Alfândega para taxar o comércio através do rio Pegu.

Depois de uma série de incidentes com o rei de Pegu, criaram o domínio português naquele reino. Filipe de Brito obteve o apoio do vice-rei português da Índia no seu objetivo de fortalecer a presença portuguesa em Siriam e de alcançar o reino do Siam por terra, evitando o perigoso estreito de Malaca. Com o andar dos tempos, aumentou as suas forças, não só através de reforços enviados da Índia mas também da incorporação de forças locais. A reputação que Filipe de Brito foi construindo granjeou-lhe respeito e medo entre as populações e reinos vizinhos. A sua fama ainda hoje perdura como alguém feroz e cruel.

É celebre, ainda hoje, a sua tentativa falhada de roubo do grande sino do pagode de Shwe Da Gon em Yangon para o posterior fabrico de canhões. Ainda hoje, se fazem buscas no leito do rio procurando o sino.

Após uma série de alianças traídas e tentativas de expansão territorial, o forte de Siriam foi cercado pelas forças de diversos reinos durante alguns meses e tomado de assalto. Filipe de Brito, a sua esposa e o seu lugar-tenente foram feitos prisioneiros e empalados. As suas forças foram feitas prisioneiras e levadas para próximo da capital do reino Bamar, em Shwebo. Foram colocadas em duas aldeias ao longo do rio Mu na atual província de Saigang, em face a Mandalay e, dada a sua preparação militar, tiveram como missão treinar o corpo de artilheiros do reino da Birmânia. Foi-lhes também permitido conservarem a sua religião.

Estes prisioneiros e os seus descendentes ficaram a ser conhecidos como Bayingyi. Atualmente, essas aldeias ao longo do rio Mu são conhecidas pela sua população de feições ocidentais e muito católicas. Diversos autores e viajantes referem que ainda hoje é possível encontrar, entre os Bayingyi mais velhos, quem fale uma espécie de português.

para o seu domínio, apresentando-se como guardião da unidade nacional. No entanto, a repressão violenta, incluindo campanhas de terra queimada, aprofundaram as divisões étnicas.

Em 1962, o golpe militar do general Ne Win acabou com a democracia parlamentar, estabelecendo um estado socialista sob controle militar, definido como sendo o “Caminho Birmanês para o Socialismo”. O regime centralizou o poder, suprimiu a oposição política, alienou as minorias étnicas e levou ao declínio económico. Houve um agravamento das tensões, principalmente com as minorias étnicas, que fomentaram e alimentaram a resistência armada. Os diferentes grupos étnicos, querendo manter a sua autonomia, nunca criaram uma frente única contra o governo central.

Nas décadas seguintes, a continuação de um regime militar mais opressivo e o agravamento dos conflitos étnicos conduziram a um maior isolamento internacional de Myanmar. O regime militar, primeiro através do Conselho de Estado para a Restauração da Lei e Ordem (SLORC, na sigla inglesa) e, mais tarde, pelo Conselho de Estado para a Paz e Desenvolvimento (SPDC, na sigla inglesa), mantiveram um controle rígido através de uma repressão brutal, nomeadamente durante os protestos pró-democracia de 1988 (“revolução 8888”) e na “Revolução do Açafrão” de 2007. A política repressiva da junta militar incluiu operações de terra queimada, recolocação forçada de populações e abusos generalizados dos direitos humanos, particularmente nas regiões de minorias étnicas.

Em 1988, durante a visita a Myanmar para as cerimónias fúnebres da sua mãe, Aung San Suu Kyi foi convidada – por ser filha de Aung San, o pai da nação – por oficiais militares na reserva a dirigir a recém-criada Liga Nacional para a Democracia (NLD, na sigla inglesa) como movimento de oposição à junta Militar.

Nas eleições de 1990, a NLD ganhou 81% dos assentos parlamentares, mas as eleições foram anuladas pela junta militar. Aung San Suu Kyi foi posta sob prisão domiciliária. Entre 1989 e 2010, passou cerca de 15 anos nessa situação.

Sob a nova Constituição de Myanmar, aprovada em 2008, foram realizadas eleições em 2010, que o NLD boicotou. Após o levantamento da prisão domiciliária de Aung San Suu Kyi, em 2011, esta

entrou para o parlamento nas eleições intercalares de 2012, tendo a NLD obtido 43 dos 45 lugares em disputa.

A Constituição de 2008 estabelecia que 25% dos assentos parlamentares seriam ocupados por militares nomeados pelas forças armadas, que certos ministérios só poderiam ser ocupados por militares nomeados pela estrutura militar e que certos cargos, incluindo o de presidente, não poderiam ser ocupados por cidadãos com família em primeiro grau de nacionalidade estrangeira. Aung San Suu Kyi foi casada com Michael Aris, cidadão britânico (falecido durante a sua prisão domiciliária) de quem teve dois filhos com a nacionalidade britânica. Por isso, Aung San Suu Kyi nunca poderia ocupar o posto de presidente da república.

A localização estratégica e os recursos de Myanmar são fatores de um potencial económico substancial, sendo que a instabilidade política e os conflitos étnicos constituem obstáculos ao seu cabal aproveitamento.

Como resultado das eleições de 2010, Thein Sein (general, membro da junta militar anterior) foi eleito presidente. Até às eleições de 2015, conduziu uma cuidadosa abertura política, económica e de negociações com alguns grupos étnicos que aceitaram o diálogo.

Em 2012, dão-se confrontos violentos no norte do estado de Rakhine, em que, com base em motivações religiosas, a população Rohingya vandaliza aldeias não-Rohingya. As forças de segurança, justificando proteger as populações não-Rohingya, atuam com mão pesada, provocando deslocamentos de populações e a criação de ghettos.

Nas eleições de 2015, a NLD obteve uma vitória esmagadora, conquistando 86% dos lugares parlamentares elegíveis. Isto permite à NLD eleger um presidente, o qual, de acordo com a Constituição não poderia ser Aun San Suu Kyi. Um presidente protocolar é eleito e é criado o posto de Conselheiro de Estado, com

poderes de facto de primeiro-ministro e ocupado por Aung San Suu Kyi.

Em 2016-17 registam-se novos atos violentos no norte de Rakhine, com fortes indícios do envolvimento de organizações políticas/religiosas paquistanesas. Este envolvimento deve ser analisado não só no âmbito das relações tensas entre a Índia e o Paquistão e no envolvimento da Índia no corredor de Kaladan, como também da presença da população Rohingya na Arábia Saudita – na altura cerca de ¼ da população total deste grupo apátrida, ou seja, cerca de 500 mil pessoas. De violência extrema, a sublevação leva à expulsão pela força de cerca de 1 milhão de Rohingya do norte de Rakhine, através de métodos violentos que levaram o Tribunal Internacional de Justiça a considerar estes atos como um genocídio. Aung San Suu Kyi defendeu, no mesmo tribunal, os militares do seu país contra essa acusação.

Importa referir que os Rohingya não fazem parte das 135 etnias nacionais consideradas no acordo de Panglong, e que a maioria dos grupos étnicos de Myanmar não os considera como “nativos” mas antes imigrantes, e que estes, durante o período colonial, quando a Birmânia e o Bangladesh faziam parte do império britânico da Índia e não existiam fronteiras entre os dois países, circulavam livremente entre Chittagong e Rakhine.

É também de referir que Aung San Suu Kyi, como Bamar, não podia ir contra o legado do seu pai, do acordo de Panglong e hostilizar abertamente a hierarquia militar, podendo a sua defesa perante o Tribunal Internacional de Justiça ser vista, igualmente, como uma oportunidade de criar pontes e/ou aproveitar fraturas na instituição militar.

Finalmente, Rakhine é um estado com um elevado nível de pobreza e desde tempos históricos (no reino de Arakan, capital Mrauk U) sempre manteve uma convivência tensa com os Bamar. A canalização da ajuda internacional, durante anos, para as áreas Rohingya no norte deste estado exacerbaram o sentimento de exclusão da população Rakhine no centro e sul do estado, aumentando as tensões com o governo central.

A partir de 2010, e certamente sobre a influência dos pares da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), começa a sentir-se a adoção de uma via idêntica à trilhada durante a transição de regimes militares para democracias

nos países do Sudeste Asiático. Esta transição foi, de uma maneira geral, conduzida pelos militares, conservando estes alguns poderes que se foram dissipando com a consolidação democrática. Existem casos semelhantes noutras partes do mundo. Parece que, no caso de Myanmar, Aung San Suu Kyi, uma pessoa muito assertiva e pouco aberta a pontos de vista diferentes dos seus, ou foi mal aconselhada ou não deu a devida importância e ignorou mesmo opiniões de colaboradores próximos em manter uma atitude mais inclusiva para com a instituição militar.

O golpe de estado de 2021 voltou a colocar o poder na mão dos militares e Aung San Suu Kyi em prisão domiciliária.

As tentativas de processos de paz, com os diferentes grupos étnicos, como o Acordo de Cessar-fogo Nacional (NCA) em 2015, tiveram sucesso limitado, em grande parte devido não só à desconfiança e à relutância dos militares em ceder o poder, como também à perda ou redução substancial de fontes financeiras pelos movimentos de autonomia étnica, conseguidas através do tráfego de madeira, jade, rubis, drogas e “impostos fronteiriços”.

Relações internacionais e desenvolvimento económico

A localização estratégica e os recursos de Myanmar são fatores de um potencial económico substancial, sendo que a instabilidade política e os conflitos étnicos constituem obstáculos ao seu cabal aproveitamento. A topografia do país inclui planícies férteis, deltas fluviais e regiões montanhosas ricas em recursos naturais como jade, rubis, petróleo e gás natural. A abundância de florestas de madeiras preciosas constitui também um recurso importante. O nordeste de Myanmar faz parte do “triângulo dourado”, com vastas áreas de cultivo de papoilas e uma substancial produção de heroína. Durante os últimos anos, nas zonas limítrofes com a China, desenvolveu-se a produção de drogas sintéticas que fornecem os circuitos internacionais.

As sanções e pressões diplomáticas dos países ocidentais isolaram ainda mais o país, dificultando a sua integração económica global e, simultaneamente, favorecendo uma aproximação em relação à China.

As políticas económicas de sucessivos governos variaram desde o isolacionis-

mo socialista de Ne Win até a reformas, quase capitalistas, nas últimas décadas. A abertura da economia na década de 2010, sob a administração do presidente Thein Sein, atraiu investimentos estrangeiros, facilitou uma certa liberalização da economia e alimentou uma retoma económica cautelosa.

A cooperação regional, particularmente através da ASEAN, e as relações equilibradas com a China e a Índia foram a via, mesmo que inicialmente titubeante, no início da década de 2010, para um maior e mais sustentável desenvolvimento económico.

De referir que existem regiões da Índia (Nordeste) e da China (Yunnan) cuja acessibilidade através de Myanmar é mais curta e com significativas vantagens estratégicas. Os investimentos da China na infraestrutura de Myanmar visam

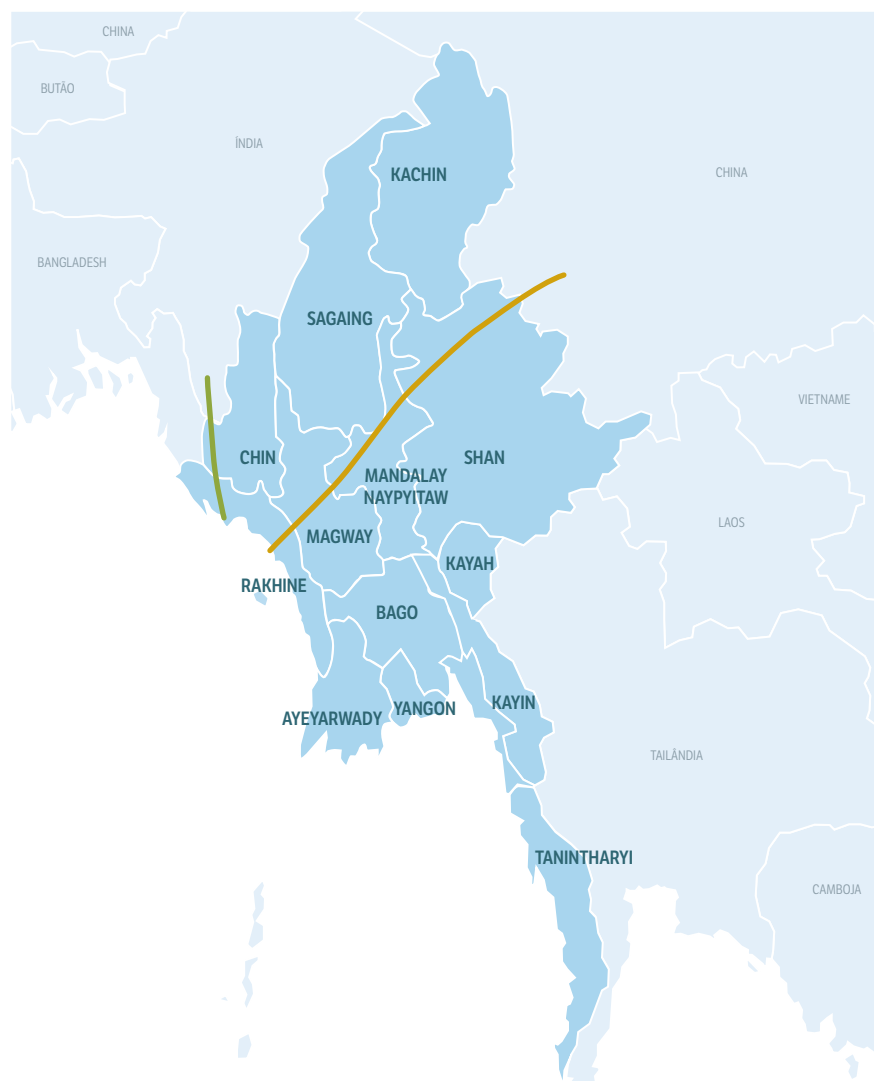
garantir uma integração progressiva das potencialidades de Myanmar na estratégia regional mais ampla da China para o Sudeste Asiático. A fronteira entre Myanmar e a China estende-se por cerca de 2.100 Km.

A segurança energética é um aspeto fundamental do relacionamento China-Myanmar. Os oleodutos de KyaukPyu (centro de Rakhine) a Yunnan reduzem a dependência da China de rotas marítimas vulneráveis (estreito de Malaca). A China, no âmbito da Iniciativa Belt and Road, e do seu posicionamento estratégico no oceano Índico desenvolveu não só a terminal petrolífera de KyaukPyu, como também os portos de Hambanota (Sri Lanka), Gwadar (Paquistão) e Djibouti, onde também está a primeira base chinesa no estrangeiro com capacidade para albergar uma força de 10.000 efetivos.

FIGURA 1. MAPA DE MYANMAR COM PROJETOS

Fonte: Google.

— Pipeline para a China — Projeto da Índia no rio Kaladan





A terminal petrolífera de KyaukPyu, já operacional, abastece a província de Yunnan através de dois oleodutos, um para gás e outro para petróleo. Este terminal é a primeira fase de um projeto mais vasto, que inclui a construção de um porto de águas profundas em KyaukPyu e a construção de uma autoestrada e linha férrea a ligar o oceano Índico à província chinesa de Yunnan. Este elo, a partir do oceano Índico, é mais rápido, económico e evita o sempre problemático estreito de Malaca. Também no âmbito da segurança energética, foi iniciada a construção da barragem de Myitsone, no rio Irrawaddy, alvo de forte contestação por organizações ambientalistas, religiosas e grupos étnicos. Cerca de 80% da produção desta barragem seria destinada à China.

As relações entre a China e Myanmar não são isentas de resistência interna e de muitas situações sombrias. Por exemplo, o Kachin Independence Army (KIA) tem a sua base principal numa localidade sobre a linha de fronteira com a China e “exporta” a produção de jade, rubis e madeira preciosa através desta fronteira. As regiões autónomas de Wa e Kokan, com as suas milícias apoiadas e equipadas pela China, são verdadeiros “paraísos” na produção de droga e estão mais integrados, económica e politicamente, na China do que em Myanmar. De uma forma geral, os grupos étnicos ao longo da fronteira entre os dois países mantêm relações complexas com os interesses chineses, sendo mais de cooperação do que de conflito. No entanto, em Myanmar, o sentimento público tem-se tornado cada vez mais cauteloso em relação aos interesses e investimentos chineses, especialmente aqueles percebidos como explorando recursos locais sem beneficiar as comunidades.

Myanmar partilha uma fronteira de cerca de 1.600 Km com a Índia, havendo laços culturais e económicos consolidados e sem muita contestação. O Act East Policy indiano fez de Myanmar um parceiro estratégico para a Índia, com foco no comércio, infraestruturas que beneficiem ambos os países e cooperação na contrainsurgência. A fronteira compartilhada também tem sido palco de casos esporádicos de insurgência transfronteiriça e intricados fluxos migratórios, exigindo fortes laços de cooperação bilateral.

Através do Projeto de Transporte de Trânsito Multimodal Kaladan (Kaladan Multimodal Transit Transport Project),

no norte de Rakhine, a Índia tenta contrabalançar a presença chinesa no golfo de Bengala, mas também construir uma ligação mais curta no abastecimento dos estados do nordeste e evitando o estreito corredor de Siliguri (em território indiano), também conhecido como “pescoço de frango”. Este projeto, parcialmente concluído, engloba a construção de um porto em Sittwe, capital de Rakhine, a dragagem do rio Kaladan, um porto de transbordo em Paletwa e uma estrada desta localidade até à fronteira do estado indiano de Mizoran.

Em Myanmar, o sentimento público tem-se tornado cada vez mais cauteloso em relação aos interesses e investimentos chineses, especialmente aqueles percebidos como explorando recursos locais sem beneficiar as comunidades.

A Tailândia partilha a fronteira mais longa (2.400 Km) com Myanmar, e, como membro da ASEAN, é um parceiro económico importante com rotas comerciais estabelecidas, que não evitam uma esporádica fricção devido à forte presença de população Karen e das suas milícias. O comércio transfronteiriço, onde se inclui o tráfico de heroína e de outras drogas sintéticas, e a presença significativa de trabalhadores migrantes de Myanmar são fatores importantes nas relações económicas entre os dois países. A exportação de gás natural de Myanmar é vital para as necessidades energéticas da Tailândia, acentuando ainda mais a interdependência económica.

Conclusão

As potencialidades de Myanmar são enormes, mas, para o seu cabal aproveitamento, terá de existir um entendimento entre o governo central e os grupos étnicos que com as suas milícias controlam, de facto, partes do território, particularmente sobre o grau de autonomia política e financeira a ser observado e sobre o papel do governo central. Além disso, entre

os militares e entre estes e a sociedade civil deverá ser criado um entendimento sobre o tipo de sistema político e de governação e sobre as etapas a serem seguidas. A Constituição de 2008 poderia ser um ponto de partida.

A comunidade internacional pode jogar um papel importante, fundamentalmente, através das organizações regionais, em encontrar uma via para a pacificação interna e para a construção de um sistema político mais aberto através do aconselhamento. A hostilização e ameaças constantes, vindas do exterior, geraram, e certamente continuarão a gerar, uma atitude de repulsa e “encapsulação” principalmente das elites militares no poder. ●